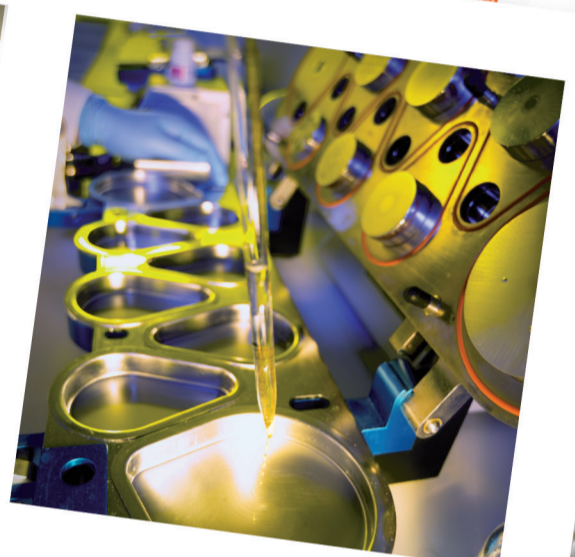


ACHÉ. INOVAÇÃO, CONFIANÇA E CUIDADO PARA UMA VIDA MELHOR.



SAÚDE



BEM-ESTAR



CONFIANÇA

CUIDADO

CIÊNCIA

INOVAÇÃO



SUSTENTABILIDADE



Relatório da Administração Exercício de 2014

achē

Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A. e Controladas
C.N.P.J. nº 60.659.463/0001-91

Guarulhos, 24 de fevereiro de 2015 - o Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A., empresa brasileira com 100% do capital nacional e destaque no setor por se manter líder em receituário médico e pela reconhecida qualidade de seus produtos, apresenta os resultados referentes ao desempenho do Exercício de 2014. As Demonstrações financeiras são consolidadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS - International Financial Reporting Standards, estabelecido pelo IASB - International Accounting Standards Board.

SENHORES ACIONISTAS,

A Administração do Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, vem submeter à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração dados consolidados em relação ao mesmo período de 2013, exceto quando especificado em contrário.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2014 foi muito desafiador, marcado por incertezas no cenário macro-econômico e político. O desempenho da economia novamente frustrou as expectativas. O PIB teve uma forte desaceleração e a taxa de juros (Selic) foi elevada para **11,7%** a.a., com o intuito de controlar a inflação. Se comparada ao mesmo período de 2013, houve uma evolução de 1,75 p.p., e não há perspectivas de redução da Selic no curto prazo. Ao longo de 2014, a desvalorização de **12,7%** acumulada pelo real frente ao dólar americano encareceu os insumos, pressionando a rentabilidade do setor farmacêutico, que ainda importa boa parte de sua matéria-prima e está submetido ao controle de preços. Mesmo com o cenário macro-econômico em desaceleração, o Aché cresceu **14,7%** em receita líquida, quando comparado ao ano de 2013. Além disso, lançamos **19 produtos**, ampliando ainda mais o nosso já diversificado portfólio. Com visão no futuro, o Aché manteve os investimentos em seus **184 projetos** em desenvolvimento em seu pipeline, complementados por parcerias para lançamentos inovadores que incrementarão os resultados em 2015 e nos próximos anos. Em 2014, os investimentos totalizaram aproximadamente R\$136,2 milhões, compreendidos em diversas frentes: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, Tecnologia da Informação e Aquisição de equipamentos e novas tecnologias. Foram R\$66 milhões de investimentos somente na aquisição de equipamentos para as duas unidades produtivas, o que permitiu um aumento de capacidade instalada de **17,1%** (39,0 milhões de unidades) em relação a 2013. Os expressivos investimentos dão suporte às necessidades crescentes de produção decorrentes de nossa velocidade de lançamentos. Asseguramos mais uma vez a nossa solidez financeira através da forte capacidade de geração de caixa, demonstrando nosso crescimento com rentabilidade, nossa margem Ebitda foi de **32,9%**, da receita líquida. O lucro líquido representou **22,0%** da receita líquida, com aumento de **16,6%** quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Com isso, as agências Fitch Ratings e Standard & Poor's mantiveram os ratings em nível de *Investment Grade* com perspectiva estável em meio a um cenário econômico de incertezas, e assim, renovam sua confiança em nosso modelo próprio de fazer negócio. Do lado social, a Companhia entende que seus colaboradores e a sociedade são partes integrantes de sua estratégia corporativa, o relacionamento com a comunidade é pautado pelo princípio de contribuir para o bem-estar social e o desenvolvimento profissional e pessoal e, dessa forma, investiu **8,0 milhões** em Projetos Sociais, nas quais se destacam: Fábrica de Cidadania, Formare, Amigos do Bem, Atleta do Futuro, Aprender é Sopa, Hospital do Câncer de Barretos e apoio a Projetos Culturais, Esportivos e de Meio Ambiente, em grande parte fazendo uso de Leis de Incentivo Fiscais. Ao longo de todo o ano de 2014, a Companhia manteve sua estratégia na busca contínua por melhorias significativas e resultados sustentáveis; o comprometimento da Administração é continuar fazendo do Aché uma empresa referência no setor farmacêutico, pautada pela sua missão: ser o melhor laboratório farmacêutico do Brasil, preferido pelos consumidores e profissionais de saúde por viabilizar o acesso a produtos e serviços inovadores, que proporcionam saúde e bem-estar para toda a população.

DESTAQUES DO ANO DE 2014

- ✓ Receita Líquida de R\$2,1 bilhões, 14,7% superior em relação ao período anterior;
- ✓ EBITDA Ajustado de R\$702,0 milhões, 7,0% superior em relação ao período anterior e representando 32,9% da receita líquida;
- ✓ Lucro Líquido de R\$471,0 milhões, representando 22,0% da receita líquida;
- ✓ Lançamento de 19 novos produtos e apresentações;
- ✓ Obtenção de 7 novos registros de produtos junto à Anvisa no 4T14, totalizando 26 registros no ano;
- ✓ Manutenção dos ratings em nível de *Investment Grade* com perspectiva estável pelas agências Fitch Ratings e Standard & Poor's;
- ✓ Prêmio Lupa de Ouro de Melhor Performance Empresarial pelo 4º ano consecutivo, promovido pelo Grupemef, vencendo também em outras cinco categorias que avaliaram campanhas de produtos;
- ✓ Prêmio Sindusfarma de Qualidade 2014, categoria Indústria Farmacêutica: laboratório que melhor interagiu com fornecedores;
- ✓ Prêmio as 100+ Inovadoras no Uso de Tecnologia da Informação, na categoria Indústria Farmacêutica, pela ITMídia;
- ✓ Prêmio Melhor Empresa do Setor Farmacêutico pela Revista Exame; e
- ✓ Prêmio Troféu Transparência pela ANEFAC - Fipecafi - Serasa Experian.

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS - CONSOLIDADOS

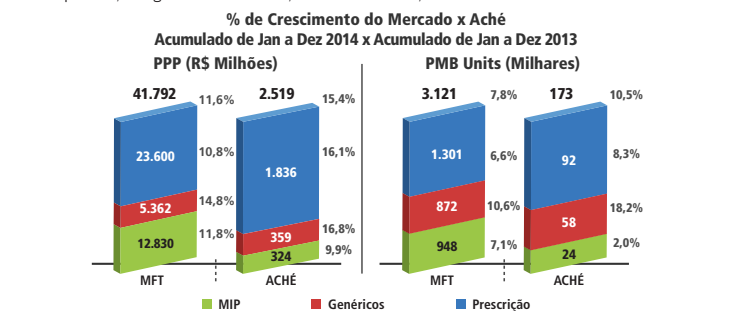
(R\$ milhões)	4T13	4T14	Var (%)	2013	2014	Var (%)
Receita líquida	511,8	603,7	18,0%	1.860,6	2.133,8	14,7%
Lucro bruto	392,3	455,6	16,1%	1.449,8	1.617,0	11,5%
% Receita líquida	76,7%	75,5%	-1,2 p.p.	77,9%	75,8%	-2,1 p.p.
Lucro líquido	84,0	151,1	79,9%	403,8	471,0	16,6%
% Receita líquida	16,4%	25,0%	8,6 p.p.	21,7%	22,0%	0,3 p.p.
EBITDA (ajustado)	160,8	177,5	10,4%	656,4	702,0	7,0%
% Receita Líquida	31,4%	29,4%	-2,0 p.p.	35,3%	32,9%	-2,4 p.p.

I - VISÃO GERAL

A receita líquida no 4T14 foi de R\$603,7 milhões, 18,0% superior ao mesmo período do ano anterior. Nesse mesmo período o EBITDA foi de R\$177,5 milhões. A receita líquida no ano foi de R\$2,1 bilhões, 14,7% superior do ano anterior, enquanto que o EBITDA ajustado do mesmo período alcançou R\$702,0 milhões, 7,0% superior comparado ao ano anterior. A margem do EBITDA alcançou 32,9% sobre a receita líquida e o lucro líquido foi de R\$471,0 milhões.

II - CONTEXTO DO NEGÓCIO

Utilizando a metodologia do PPP (*Pharmacy, Purchase Price*), temos que o mercado farmacêutico brasileiro registrou em 2014 uma evolução de 11,6% em valor e 7,8% em unidades, quando comparado com o mesmo período do ano passado. O mercado de medicamentos de prescrição, que representa 56,5% do MFT em valor, cresceu 10,8% em valores e 6,6% em unidades, quando comparado com o mesmo período de 2013. O mercado de medicamentos isentos de prescrição, que representa 30,7% do MFT em valor, cresceu 11,8% comparado ao mesmo período do ano anterior em valor e 7,1% em unidades. Para o mercado de medicamentos genéricos, que representa 12,8% do MFT em valor, nesse mesmo período, o segmento cresceu 14,8% em valor e 10,6% em unidades.



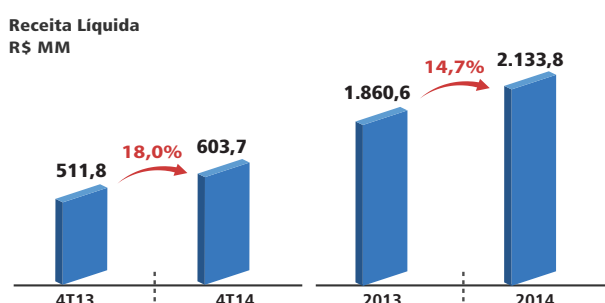
Para o cálculo do tamanho do mercado farmacêutico total (MFT), que representa a demanda em reais de todas as empresas estabelecidas no Brasil, a IMS Health Brasil, principal consultoria no setor, passou a utilizar, desde 2012, um segundo nível de preços a partir do preço praticado - PPP (*Pharmacy, Purchase Price*) - considerando o desconto médio para cada apresentação do mercado farmacêutico nacional, além do PMB (*Pharmaceutical Market Brasil*), que traz como base a projeção da receita bruta das companhias a partir do preço-fábrica. Na geração de receituário médico, seu principal foco estratégico, o Aché se manteve como líder do mercado farmacêutico pelo 8º ano consecutivo, com 6,44% de participação de mercado. Esse resultado foi alcançado mais uma vez por meio da capilaridade e segmentação da visitação médica e os lançamentos de novos produtos.

III - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

(R\$ milhões)	4T13	s/ RL	4T14	s/ RL	2013	s/ RL	2014	s/ RL
Receita líquida	511,8	100,0%	603,7	100,0%	1.860,6	100,0%	2.133,8	100,0%
Lucro bruto	392,3	76,7%	455,6	75,5%	1.449,8	77,9%	1.617,0	75,8%
Vendas e administrativas	(203,3)	-39,7%	(221,8)	-36,7%	(784,4)	-42,2%	(893,2)	-41,9%
Outras operacionais	(68,5)	-13,4%	(26,2)	-4,3%	(86,7)	-4,7%	(55,7)	-2,6%
Lucro operacional (EBIT)	120,6	23,6%	207,5	34,4%	578,6	31,1%	668,1	31,3%
Resultado financeiro líquido	3,7	0,7%	6,0	1,0%	17,2	0,9%	12,1	0,5%
Lucro antes do IRPJ/CSLL	124,2	24,3%	213,5	35,4%	595,8	32,0%	680,2	31,8%
Lucro líquido	84,0	16,4%	151,1	25,0%	403,8	21,7%	471,0	22,0%
EBITDA (ajustado)	160,8	31,4%	177,5	29,4%	656,4	35,3%	702,0	32,9%

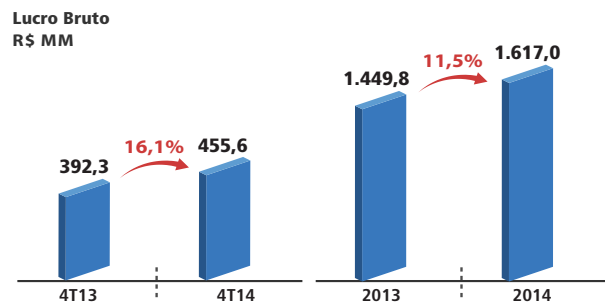
1. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida de vendas cresceu 14,7% em relação ao ano de 2013, atingindo 2.133,8 milhões. No 4T14 a receita líquida foi de R\$603,7 milhões, 18,0% superior quando comparada ao mesmo trimestre do ano anterior. A participação de cada unidade de negócio na receita líquida é demonstrada no gráfico abaixo:



2. LUCRO BRUTO

O desempenho do Lucro Bruto é resultado de uma série de ações executadas durante todo período de 2014 com foco em nosso processo logístico. A Companhia conseguiu organizar os estoques internos, aprimorar os processos de distribuição, e com isso, capturamos os resultados positivos advindos do plano implementado no período. O lucro bruto do quarto trimestre foi de R\$455,6 milhões, 16,1% superior quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior. No acumulado do ano o lucro bruto de R\$1.617 milhões, 11,5% superior em relação ao mesmo período acumulado em 2013. Tais ações, apesar de impactar a margem bruta do período, foram importantes para a Companhia direcionar os trabalhos para garantir eficiência em suas operações de curto prazo, o que atesta a execução dos planos de forma assertiva. Portanto, estamos confiantes de que superamos esses efeitos pontuais, recuperamos a rentabilidade, além de atingirmos uma maior eficiência na administração dos processos logísticos.



3. DESPESAS COM VENDAS

No 4T14 as despesas com vendas representaram R\$199,9 milhões, 33,1% da receita líquida, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, houve um aumento de R\$14,3 milhões. No acumulado do ano, as despesas com vendas totalizaram R\$787,9 milhões, 36,9% da receita líquida, um aumento de R\$121,2 milhões, comparado com o acumulado do ano anterior, impactado pelo plano de melhorias nas operações logísticas e pelo aumento do investimento promocional para força de vendas. Conforme quadro abaixo:

(R\$ milhões)	4T13	s/ RL	4T14	s/ RL	2013	s/ RL	2014	s/ RL
Despesas com vendas	185,6	36,3%	199,9	33,1%	666,7	35,8%	787,9	36,9%

4. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

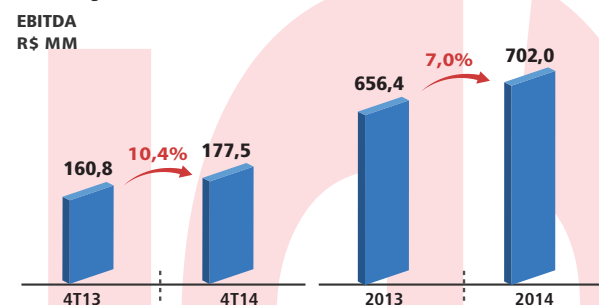
As despesas gerais e administrativas em 2014 totalizaram R\$105,3 milhões, representando 4,9% da receita líquida.

(R\$ milhões)	4T13	s/ RL	4T14	s/ RL	2013	s/ RL	2014	s/ RL
Despesas gerais e administrativas	17,7	3,5%	22,0	3,6%	117,8	6,3%	105,3	4,9%

5. EBITDA AJUSTADO

O EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações) ajustado acumulado atingiu R\$702,0 milhões, 7,0% superior ao ano anterior e com uma margem EBITDA de 32,9% no período acumulado de 2014.

EBITDA Ajustado (R\$ milhões)	2013	2014	Var (%)
Lucro líquido	403,8	471,0	16,6%
Provisão para IRPJ e CSLL	192,7	205,3	6,5%
Resultado financeiro líquido	(17,2)	(12,1)	-29,7%
Depreciação e amortizações	23,7	29,0	22,6%
EBITDA	603,0	693,2	15,0%
Despesas/receitas não recorrentes	53,4	8,8	-83,5%
EBITDA Ajustado	656,4	702,0	7,0%
Margem	35,3%	32,9%	-2,4 p.p.



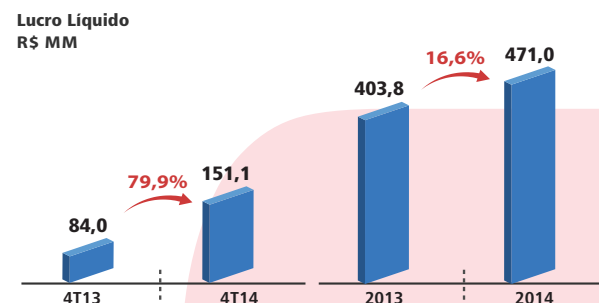
6. RESULTADO FINANCEIRO

As receitas e despesas financeiras líquidas em 2014 totalizam R\$12,1 milhões, com diminuição de R\$5,1 milhões quando comparadas ao ano anterior.

(R\$ milhões)	4T13	s/ RL	4T14	s/ RL	2013	s/ RL	2014	s/ RL
Receitas (despesas) financeiras	2,2	0,4%	3,3	0,5%	12,8	0,7%	11,2	0,5%
Varição cambial	(0,2)	0,0%	0,8	0,1%	(0,7)	0,0%	0,3	0,0%
Ajuste a valor presente - AVP	1,7	0,3%	1,9	0,4%	5,1	0,3%	0,6	0,0%
Resultado financeiro	3,7	0,7%	6,0	1,0%	17,2	0,9%	12,1	0,5%

7. LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido de 2014 foi de R\$471,0 milhões, superior em 16,6% ao mesmo período acumulado em 2013. No 4T14 o lucro líquido foi de R\$151,1 milhões, com uma evolução de 79,9%, quando comparado com o mesmo período de 2013, representando 25,0% da receita líquida. A melhora deve-se principalmente ao Plano de Melhorias que foi executado no decorrer do ano, trazendo impacto positivo no resultado do 4T14.



8. ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

A Companhia encerrou 2014 com uma posição líquida de caixa de R\$114,6 milhões, conforme quadro abaixo:

(R\$ milhões)	2013	2014	Var (%)
Empréstimos e financiamentos - CP	31,2	32,2	3,2%
Empréstimos e financiamentos - LP	164,0	152,7	-6,9%
Endividamento Bruto	195,2	184,9	-5,3%
Caixa e equivalentes de caixa	415,2	291,1	-29,9%
Aplicações financeiras - LP	7,7	8,4	9,1%
Endividamento líquido	(227,7)	(114,6)	-49,7%

O endividamento bruto de longo prazo da Companhia foi de R\$152,7 milhões, com vencimento até 2036.

9. INVESTIMENTOS

9.1 PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO - P&DI

Em 2014 os investimentos em P&DI totalizaram R\$58 milhões. O Aché possui um total de 14 projetos no pipeline de P&DI em diferentes fases de desenvolvimento, focados em indicações terapêuticas de alta relevância. A inovação gerada pelo Aché é protegida por pedidos de patente no Brasil e em países com grande potencial de mercado. Em 2014 foram investidos R\$6,7 milhões no desenvolvimento destes projetos. A Companhia ainda possui 184 projetos em desenvolvimento conduzidos pelo seu PMO - Escritório de Projetos, modelo este que tem acelerado sua renovação de portfólio. No quarto trimestre de 2014, a Companhia obteve 7 registros de produtos na ANVISA.

9.2 IMOBILIZADO

Os investimentos nas unidades produtivas para as duas plantas em 2014, foram de R\$66 milhões na aquisição de equipamentos e novas tecnologias, o que permitiu um aumento de capacidade instalada de 17,1% (39,0 milhões de unidades) em relação a 2013. Além disso, foram R\$12,2 milhões de investimento em Tecnologia da Informação.

9.3 FINANCIAMENTO DE ESTUDOS E PROJETOS

A Companhia foi contemplada com recursos oriundos da seleção pública promovida pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI), o Ministério da Saúde (MS) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico através do Edital INOVA SAÚDE - Biofármacos, Farmoquímicos e Medicamentos para investimento em pesquisa e desenvolvimento de dois fármacos com características inovadoras. O contrato foi assinado em 2014 no montante de R\$4.050 milhões, que será liberado de acordo com o andamento dos projetos durante 3 anos com início em janeiro de 2015.

10. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Considerando a robustez financeira da Companhia, ao longo de 2014 foram deliberados R\$332,2 milhões a título de antecipação de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio, os quais superaram o limite mínimo obrigatório de 25% de distribuição previsto em Estatuto. Levando-se em conta, ainda, que a forte geração de caixa oriunda das suas operações são suficientes para suprir os investimentos destinados à renovação de seu portfólio, a Companhia deixou de constituir novas reservas de lucros para esse fim, sendo certo que R\$138,9 milhões permanecerão em conta transitória de reservas de lucros e aguardarão a destinação que lhe couber pela Assembleia Geral Ordinária.

AGRADECIMENTOS

Agredecemos aos nossos acionistas pela confiança, aos colaboradores pelo seu comprometimento, aos clientes e consumidores pela sua preferência e aos fornecedores e parceiros pelo apoio.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO DE 2014

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	230.776	262.794	291.122
Contas a receber de clientes	5	191.691	211.760	306.748
Estoques	6	167.610	137.693	266.597
Impostos e contribuições sociais a compensar		3.008	1.601	15.812
Despesas antecipadas		34.987	25.381	39.500
Outros créditos		24.771	15.342	42.980
Total do ativo circulante		652.843	654.571	962.759
Não circulante				
Aplicações financeiras		-	-	8.402
Contas a receber de clientes	5	-	-	1.087
Depósitos judiciais	17	62.036	60.105	62.468
Impostos e contribuições sociais a compensar		4.435	2.365	7.054
Outros créditos		3.687	3.688	3.338
Investimentos	9	417.044	471.452	10
Imobilizado	10	570.449	528.372	697.370
Intangível	11	28.263	26.712	264.429
Total do ativo não circulante		1.085.914	1.092.694	1.044.158
Total do ativo		1.738.757	1.747.265	2.006.917

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	12	29.393	28.750	32.210
Fornecedores	13	45.225	29.971	58.932
Obrigações tributárias	14	94.433	87.552	159.626
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	16	44.447	42.773	57.442
Dividendos a pagar	19.d	100.000	-	100.000
Contas a pagar		12.551	5.477	25.571
Outras obrigações		14.647	9.194	35.159
Total do passivo circulante		340.696	203.717	468.940
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	12	122.717	127.824	152.698
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	35.362	27.284	104.921
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	17	91.663	110.260	107.580
Outras obrigações		14.504	18.153	31.922
Total do passivo não				

Demonstrações Financeiras Exercício de 2014

achē

Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A. e Controladas
C.N.P.J. nº 06.659.463/0001-91

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Receita operacional líquida.....	21	1.570.304	1.337.391	2.133.827	1.860.588
Custo dos produtos vendidos.....	22	(375.104)	(294.685)	(516.847)	(410.791)
Lucro bruto.....		1.195.200	1.042.706	1.616.980	1.449.797
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas.....	22	(625.504)	(498.469)	(787.884)	(666.687)
Gerais e administrativas.....	22	(68.475)	(85.200)	(105.325)	(117.752)
Participações dos empregados e administradores no resultado.....	27	(18.251)	(21.709)	(39.154)	(32.314)
Resultado de equivalência patrimonial.....	9	142.629	143.531	4.340	(1.346)
Outras receitas operacionais, líquidas.....	23	(22.844)	(62.264)	(20.850)	(53.083)
Lucro operacional antes do resultado financeiro.....		602.755	518.595	668.107	578.615
Resultado financeiro					
Receitas financeiras.....	24	31.253	21.824	42.681	45.327
Despesas financeiras.....	24	(25.040)	(20.775)	(30.860)	(27.456)
Variação cambial, líquida.....	24	217	(1.288)	303	(655)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....		609.185	518.356	680.231	595.831
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes.....	8	(130.068)	(116.774)	(206.703)	(195.772)
Diferidos.....	8	(8.078)	2.232	1.423	3.103
Lucro líquido do exercício.....		471.039	403.814	474.951	403.162
Atribuível a					
Acionistas controladores.....		471.039	403.814	471.039	403.814
Acionistas não controladores.....		-	-	3.912	(652)
Lucro líquido do exercício por ação - R\$		471.039	403.814	474.951	403.162
Básico.....	28	7,37	6,32	7,37	6,32

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Lucro líquido do exercício.....		471.039	403.814	474.951	403.162
Outros resultados abrangentes.....		-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício.....		471.039	403.814	474.951	403.162
Atribuível aos acionistas					
Controladores.....		471.039	403.814	471.039	403.814
Não controladores.....		-	-	3.912	(652)
		471.039	403.814	474.951	403.162

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Receitas					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços.....		1.855.516	1.583.916	2.465.464	2.145.321
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....		(1.341)	616	(2.124)	1.248
Outras receitas.....		36.815	1.684	38.455	9.160
		1.890.990	1.586.216	2.501.795	2.155.729
Insumos adquiridos de terceiros					
Matérias-primas consumidas.....		301.967	232.398	419.568	318.975
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos.....		4.116	4.214	4.207	4.318
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros.....		422.460	364.614	524.551	475.774
Perda de valores ativos.....		(4.473)	2.144	(4.595)	1.796
		724.070	603.370	943.731	800.863
Valor adicionado bruto.....		1.166.920	982.846	1.558.064	1.354.866
Depreciação e amortização.....	22	20.962	17.395	29.045	23.690
Valor adicionado produzido pela Companhia.....		1.145.958	965.451	1.529.019	1.331.176
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial.....	9	142.629	143.531	4.340	(1.347)
Receitas financeiras.....	24	31.253	21.824	42.681	45.327
		173.882	165.355	49.969	43.980

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....		609.185	518.356	680.231	595.831
Ajustes para conciliar o lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização.....	22	20.962	17.395	29.045	23.690
Prejuízo na venda de bens do ativo imobilizado.....		477	10	1.697	32
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.....		38.889	71.266	42.258	76.820
Provisão para perdas nos estoques.....		3.232	(3.910)	3.441	(4.381)
Resultado de equivalência patrimonial.....	9	(142.629)	(143.531)	(4.340)	1.347
Outras provisões.....		1.805	-	22.628	-
Provisões de juros e variações monetárias e cambiais.....		8.055	10.294	7.615	4.346
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	5	1.341	(682)	2.124	(1.428)
		541.317	469.198	784.699	696.257
Aumento (redução) nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes.....		18.728	(42.975)	(5.338)	(45.023)
Estoques.....		(33.149)	(15.407)	(42.975)	(42.934)
Impostos e contribuições sociais a compensar.....		(9.693)	(3.111)	(20.627)	(13.635)
Despesas antecipadas e outros créditos.....		(20.964)	(31.242)	(33.800)	(34.503)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores.....		15.256	(3.048)	26.990	(23.241)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias.....		1.674	2.674	1.123	4.145
Impostos e contribuições a recolher.....		1.266	6.979	3.093	7.426
Imposto de renda e contribuição social pagos.....		(118.237)	(94.880)	(187.382)	(166.630)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas pagos.....		(57.486)	(59.322)	(58.458)	(60.097)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos.....		(8.217)	(9.559)	(10.147)	(13.925)
Outras obrigações.....		7.071	(7.123)	12.605	3.490
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais.....		337.566	212.184	469.783	311.330
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Dividendos recebidos de controlada.....		197.037	25.709	-	-
Redução de capital em empresas controladas.....		-	250.000	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível.....	10 e 11	(65.068)	(39.560)	(88.127)	(57.427)
Aplicações financeiras a longo prazo.....		-	-	(699)	(908)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento.....		131.969	236.149	(88.826)	(58.335)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captações de empréstimos e financiamentos.....		23.350	36.996	57.342	56.370
Amortizações de empréstimos e financiamentos.....		(27.652)	(67.538)	(65.096)	(70.139)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos.....		(497.251)	(279.788)	(497.251)	(279.788)
Caixa líquido aplicado nos títulos de financiamento.....	19.d	(501.553)	(310.330)	(505.005)	(293.557)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa.....		(32.018)	138.003	(124.048)	(40.562)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa.....	4	262.794	124.791	415.170	455.732
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa.....	4	230.776	262.794	291.122	415.170
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa.....		(32.018)	138.003	(124.048)	(40.562)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reservas de capital		Ajuste de avaliação patrimonial					Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total atribuído aos controladores	Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	Total	
		Capital social	Reserva especial de ações	Reserva de emissão de ações	Reserva de reavaliação	Em ativos próprios	Em ativos controlados	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de novos produtos e imobilizados	Reserva para investimentos em imobilizados					Reserva de dividendos adicionais propostos
Saldos em 31 de dezembro de 2012.....		440.959	167.767	6.445	5.856	130.196	12.297	43.807	584	88.963	103.060	135.131	-	1.135.065	3.781	1.138.846
Realização da reserva de reavaliação.....		-	-	-	(329)	-	-	-	-	-	-	-	329	-	-	-
Realização do ajuste ao custo atribuído líquido dos efeitos tributários.....		-	-	-	-	(1.386)	(131)	-	-	-	-	-	1.517	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial em ativos de controladas.....		-	-	-	-	-	(3.173)	-	-	-	-	-	-	(3.173)	-	(3.173)
Reserva de Incentivos Fiscais.....		-	-	-	-	-	-	34	-	-	-	-	(34)	-	-	-
Lucro líquido do período.....		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	403.814	403.814	(652)	403.162
Pagamento dos dividendos adicionais aprovados conforme AGE em 7 de março de 2013.....		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(139.240)	(139.240)	-	(139.240)
Juros sobre o capital próprio pagos conforme RCA de 27 de março e AGE de 17 de dezembro de 2013.....		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(50.917)	(50.917)	-	(50.917)
Antecipação de dividendos aprovados conforme RCA de 25 de junho de 2013 e AGE de 17 de dezembro de 2013.....		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(89.631)	(89.631)	-	(89.631)
Lucros não realizados pagos como dividendos adicionais aprovados conforme AGE em 07 de março de 2013.....		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.109	4.109	-	4.109
Dividendos Adicionais Propostos.....		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	265.078	(265.078)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013.....		440.959	167.767	6.445	5.527	128.810	8.993	43.807	618	88.963	103.060	265.078	-	1.260.027	3.129	1.263.156
Realização da reserva de reavaliação.....		-	-	-	(470)	-	-	-	-	-	-	-	470	-	-	-
Realização dos ajustes ao custo atribuído.....		-	-	-	-	(3.117)	735	-	-	-	-	-	2.382	-	-	-
Ajuste de Avaliação patrimonial em ativos de controladas.....		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período.....		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	471.039	471.039	3.912	474.951
Juros sobre o capital próprio pagos conforme AGE de 25 de novembro de 2014.....		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(39.079)	(39.079)	-	(39.079)
Transferência para dividendos a pagar conforme AGE de 09.12.2014.....		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(100.000)	(100.000)	-	(100.000)
Pagamento de dividendos conforme RCA de 25.02.2014.....		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(265.078)	(265.078)	-	(265.078)
Antecipação de dividendos aprovados conforme AGE de 08 julho de 2014.....		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(32.173)	(32.173)	-	(32.173)
Antecipação de dividendos aprovados conforme AGE de 01 de outubro de 2014.....		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(150.000)	(150.000)	-	(150.000)
Antecipação de dividendos aprovados conforme AGE de 25 de novembro de 2014.....		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.921)	(10.921)	-	(10.921)
Transferência para reservas de lucros.....		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	141.718	(141.718)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014.....		440.959	167.767	6.445	5.057	125.693	9.728	43.807	618	88.963	103.060	141.718	-	1.133.815	7.041	1.140.856

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) Objeto social: O Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Guarulhos, São Paulo, que tem por objeto social a industrialização, a comercialização, a importação e a exportação de produtos farmacêuticos para consumo humano, atuando nos principais segmentos farmacêuticos, tais como respiratório, músculo-esquelético, saúde feminina, sistema nervoso central, cardiologia, dermatologia, vitaminas, oncologia e cosmético, por meio de unidades de negócios de prescrição, hospitalar, genéricos e medicamentos isentos de prescrição. A Companhia possui participação societária nas seguintes sociedades: • Biosintética Farmacêutica Ltda. ("Biosintética") - controlada direta - tem por objeto social a industrialização, a comercialização, a importação e a exportação de produtos farmacêuticos para consumo humano e atua nos principais segmentos farmacêuticos, tais como respiratório, sistema nervoso central, cardiologia, dermatologia e oncologia, por meio de unidades de negócios de prescrição, genéricos e medicamentos isentos de prescrição. A Biosintética detém 99,99% da participação societária em sua controlada Raposo. • Aché International Ltd. ("Aché International")



Demonstrações Financeiras Exercício de 2014



Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A. e Controladas
C.N.P.J. nº 60.659.463/0001-91

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Intangíveis: Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. **2.3.7. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo-se o ágio:** Ao final de cada exercício, a Administração da Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não é possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **2.3.8. Ágio:** O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada ao valor recuperável, se houver. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão beneficiar-se das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa as quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável, ou ao maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em exercícios subsequentes. Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação. **2.3.9. Critérios de reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzido de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. **Venda de produtos:** A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: • A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos. • A Companhia não mantém envolvimento contínuo na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos. • O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade. • Os benefícios econômicos associados à transação provavelmente fluirão para a Companhia. • Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. Adicionalmente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida. **2.3.10. Receita de dividendos e de juros:** A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade). A receita de juros é reconhecida pelo método linear, com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. **2.3.11. Subvenções governamentais:** As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidas de acordo com os contratos, os termos de acordo e a legislação aplicável a cada benefício. As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os exercícios nos quais são reconhecidos como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar e, posteriormente, são destinadas à reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, desde que as condições do pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais sejam atendidas. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo é efetuada em conta específica de passivo. **2.3.12. Tributação:** A despesa líquida com imposto de renda e contribuição social representa o resultado líquido dos impostos correntes e diferidos. **Impostos correntes:** A provisão para imposto de renda e contribuição social baseia-se no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente, com base nas alíquotas vigentes ao final de cada exercício. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas Demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos geralmente sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada ao final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera seja recuperado. **Impostos diferidos ativos e passivos** são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício em que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente ao final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, ao final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados aos itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido. **2.3.13. Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legais ou não formalizadas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável de desembolso de caixa futuro, conforme avaliação dos assessores legais da Companhia. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo de reembolso é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.3.14. Instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado) são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo são reconhecidos imediatamente no resultado. **Classificação:** Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e por suas controladas são classificados de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados, nas seguintes categorias. **a) Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. **b) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas ou não em mercados ativos, mas que possam ter os seus valores justos razoavelmente estimados. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia e suas controladas não possuíam ativos financeiros registrados nas Demonstrações financeiras nessa classificação. **c) Empreéstimos e recebíveis:** São incluídos nessa classificação os passivos e ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo e passivo circulantes, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas dos balanços, os quais são classificados como ativo e passivo não circulantes. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, no caso da Companhia e de suas controladas, compreendem caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, saldos a pagar a fornecedores e contas a receber de clientes e partes relacionadas. **Mensuração:** As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da contratação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", respectivamente, no exercício em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica "Outros resultados abrangentes", até o momento da respectiva liquidação, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Outros passivos financeiros:** Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo exercício. A taxa de juros efetiva é a que descarta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. **2.3.15. Classificação de ativos e passivos:** Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Os passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para reais pela taxa de câmbio ao final de cada exercício/período. As diferenças decorrentes da conversão da moeda são reconhecidas na demonstração do resultado. **2.3.16. Dividendos e juros sobre o capital próprio:** A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia e de suas controladas que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o final do exercício/período a que se referem as informações intermediárias, mas antes da Assembleia Geral Ordinária que aprova as referidas informações intermediárias, é registrada na rubrica "Dividendos adicionais propostos", destacada no próprio patrimônio líquido. **2.3.17. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações financeiras individuais e como informação complementar às Demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros financeiros que servem de base de preparação das Demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **2.3.18. Lucro líquido por ação:** O resultado por ação é apresentado em básico e diluído, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33 - Lucro por Ação, conforme a Nota Explicativa nº 28. **2.3.19. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. **2.3.20. Custos de empréstimos:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **2.4. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2014:** A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2014 ou após essa data. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir: **Entidades de investimentos (alterações ao CPC 36 (R3), CPC 45 e CPC 35 (R2)):** Essas alterações contemplam uma exceção à exigência de consolidação para que entidades atendam à definição de uma entidade de investimento de acordo com o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e devem ser aplicadas retrospectivamente, podendo usufruir de certa desobrigação no período de transição. A exceção à consolidação exige que entidades de investimento contabilizem as operações das controladas a valor justo por meio do resultado. Essas alterações não têm impacto sobre a Companhia, uma vez que nenhuma das entidades no Grupo se qualifica para ser uma entidade de investimento, de acordo com o CPC 36 (R3). **Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros - alterações ao CPC 39:** Essas alterações esclarecem o significado de "atualmente goza de direito legalmente exequível de compensação" e dos critérios para mecanismos de liquidação não simultânea de câmaras de compensação, sendo aplicadas retrospectivamente. Essas alterações não têm impacto material sobre a Companhia, uma vez que nenhuma das entidades do Grupo possui quaisquer acordos de compensação. **ICPC 19/IFRIC 21 - Tributos:** A ICPC 19 esclarece que uma entidade reconhece os tributos de um passivo quando ocorre a atividade que dá origem ao pagamento, conforme previsto na legislação pertinente. No caso de um tributo originado ao se atingir um limite mínimo, a interpretação esclarece que nenhum passivo deve ser previsto antes de se atingir o limite mínimo especificado. A aplicação retrospectiva é exigida pela IFRIC 21 e não tem impacto sobre a Companhia, uma vez que este aplicou os princípios de reconhecimento de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, alinhados com as exigências da IFRIC 21 em exercícios anteriores. **Melhorias anuais - ciclo 2010-2012:** Nas melhorias anuais - ciclo 2010-2012, o IASB emitiu sete alterações a seis normas, incluindo uma alteração à IFRS 13 - Mensuração a Valor Justo. A alteração à IFRS 13 entra em vigor imediatamente e, dessa forma, para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2014, esclarecendo, na Base de Conclusões, que as contas a receber e contas a pagar a curto prazo sem taxas de juros declaradas podem ser mensuradas a valores faturados quando o efeito do desconto for insignificante. Essa alteração à IFRS 13 não tem impacto sobre a Companhia. **Melhorias anuais - ciclo 2011-2013:** Nas melhorias anuais - ciclo 2011-2013, o IASB emitiu sete alterações a quatro normas, incluindo uma alteração à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais para Elaboração de Relatórios Financeiros. A alteração à IFRS 1 entra em vigor imediatamente e, dessa forma, para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2014 e esclarece na Base de Conclusões que uma entidade pode escolher aplicar uma norma atual ou uma nova norma que ainda não seja obrigatória, mas permite aplicação antecipada, contanto que uma das normas seja aplicada consistentemente ao longo dos períodos apresentados nas Demonstrações financeiras emitidas pela primeira vez de acordo com as normas IFRS. Essa alteração à IFRS 1 não causa impacto sobre a Companhia, uma vez que a Companhia prepara suas Demonstrações financeiras com base em IFRS em vigência. Considerando a atual operação da Companhia, a adoção das normas, interpretações e alterações não têm um impacto significativo sobre as Demonstrações financeiras. **2.5. Pronunciamentos do IFRS que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2014:** Listamos a seguir algumas normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das Demonstrações financeiras. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia e suas controladas, de forma razoável, esperam que produzam eventual impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura e pretende adotar tais normas, se aplicável, quando as mesmas entrarem em vigor: **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:** Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia. **IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes:** A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. Os princípios na IFRS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita. A norma da nova receita é aplicável a todas as entidades e substituirá todas as atuais exigências de reconhecimento de receita, nos termos da IFRS. Uma aplicação retrospectiva total ou modificada é exigida para períodos anuais que tenham início em 1º de janeiro de 2017 ou após essa data, sendo permitida adoção antecipada, em análise no Brasil. A Companhia está atualmente avaliando o impacto da IFRS 15 e planeja adotar a norma na data estipulada pela mesma. **Alterações à IFRS 11 Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Societárias:** As alterações à IFRS 11 exigem que um operador conjunto, que esteja contabilizando a aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitua um negócio, aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 para contabilização de combinações de negócios. As alterações também deixam claro que uma participação societária previamente mantida em uma operação conjunta não é remensurada sobre a aquisição de participação adicional na mesma operação conjunta enquanto o controle conjunto for retido. Adicionalmente, uma exclusão de escopo foi adicionada à IFRS 11 para especificar que as alterações não se aplicam quando as partes que compartilham controle conjunto, inclusive a entidade de reporte, estiverem sob controle comum da parte controladora principal. As alterações se aplicam tanto à aquisição da participação final em uma operação conjunta quanto à aquisição de quaisquer participações adicionais na mesma operação conjunta e são prospectivamente vigentes para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 e após essa data, não sendo permitida a adoção antecipada no Brasil. Não se espera que essas alterações tenham impacto sobre a Companhia.

Alterações à IAS 16 e à IAS 38 - Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização: As alterações esclarecem o princípio na IAS 16 e na IAS 38 que a receita reflete um modelo de benefícios econômicos gerados a partir da operação de um negócio (do qual o ativo faz parte), em vez dos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo. Como resultado, um método baseado em receita não pode ser utilizado para fins de depreciação de ativo imobilizado, podendo ser utilizado somente em circunstâncias muito limitadas para amortizar os ativos intangíveis. As alterações estão em vigor prospectivamente para amortizar os ativos intangíveis. As alterações estão vigentes prospectivamente para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data. Não é esperado que essas alterações tenham impacto a Companhia, uma vez que a Companhia não utilizou um método baseado na receita para depreciar ativos não circulantes. **Alterações à IAS 27 - Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas:** As alterações permitirão que as entidades utilizem o método de equivalência patrimonial ao contabilizar investimentos em controladas, *joint ventures* e coligadas em Demonstrações financeiras separadas. As entidades que já estejam aplicando a IFRS e optem por passar a adotar o método da equivalência patrimonial em suas Demonstrações financeiras separadas terão de aplicar essa mudança retrospectivamente. Entidades que elaborem Demonstrações financeiras de acordo com as IFRS pela primeira vez e que optem por adotar o método de equivalência patrimonial em suas Demonstrações financeiras separadas deverão aplicar esse método a partir da data de transição às IFRS. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada, que está em análise no Brasil. Essas alterações não terão impacto sobre as Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. **2.6. Lei 12.973/14:** Em novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 estabelecendo que o não incidência de tributação sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013 pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até a data de publicação da referida Medida Provisória, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, desde que a empresa que tenha pago os lucros ou dividendos optasse pela adoção antecipada do novo regime tributário já a partir de 2014. Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013. A Companhia elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e 2013 e optou pela antecipação de seus efeitos, que foi manifestada na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) referentes aos fatos geradores ocorridos no mês de agosto entregue em 05/11/2014, divulgado pela Instrução Normativa 1.499 de 15/10/2014 da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB).

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores financeiros dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. **Principais julgamentos na aplicação das práticas contábeis:** **a) Redução dos valores de recuperação dos ativos:** Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Ao final de cada exercício, a Administração da Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Nas datas dos balanços nenhuma evidência de não realização foi identificada. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo uso contínuo de um ativo até o fim de sua vida útil. Até as datas dos balanços nenhum ativo apresentou valor recuperável superior ao seu valor residual. A Companhia avalia anualmente a recuperação do ágio de um investimento e usa práticas aceitáveis de mercado, incluindo fluxos de caixa descontados, para comparar o valor contábil com o valor recuperável dos ativos. A recuperação do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperação do ágio está afetada, então o teste é antecipado. **b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A Companhia e suas controladas fazem estimativas para a avaliação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual julga ser em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. A estimativa da avaliação das perdas para créditos de liquidação duvidosa é efetuada tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 180 dias e com processo de cobrança judicial e saldos de clientes específicos que apontem risco de realização em seus compromissos. **c) Provisão para perdas em estoques:** A Companhia e suas controladas revisam e mensuram trimestralmente estimativas para a avaliação da provisão para perdas em estoques, a qual julga ser em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis nos estoques segundo os critérios apresentados a seguir: • Produtos e materiais vencidos. • Produtos "originais" com data de vencimento até 10 meses. • Produtos "amostras grátis" com data de vencimento até 5 meses. • Produtos bloqueados por qualidade. • Produtos devolvidos por clientes. **d) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais que foram avaliados com expectativa de perda provável e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais da Companhia. A Administração acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas está corretamente avaliada e apresentada nas Demonstrações financeiras. **e) Impostos diferidos:** Os ativos e passivos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos e são anualmente revisadas e aprovado pela Administração.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	4.355	16.998	8.038	26.965
Aplicações financeiras.....	226.421	245.796	283.084	388.205
	230.776	262.794	291.122	415.170

As aplicações financeiras compreendem Operações Compromissadas DI e Certificados de Depósito Bancário (CDBs), distribuídos em diversas instituições financeiras, com rendimento variando de 100,0% a 103,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e são classificadas na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" por serem consideradas ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor no rendimento pactuado.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Nacionais.....	188.070	192.016	308.958	307.785
Estrangeiras	2.250	1.873	8.322	4.150
Partes relacionadas (Nota 15).....	7.501	22.660	-	7
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.130)	(4.789)	(9.445)	(7.321)
	191.691	211.760	307.835	304.621
Circulante	191.691	211.760	306.748	303.534
Não circulante.....	-	-	1.087	1.087
	191.691	211.760	307.835	304.621

O saldo das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Títulos a vencer	184.839	204.030	299.898	293.555
Títulos vencidos:				
De 1 a 30 dias	6.021	5.925	7.113	8.379
De 31 a 60 dias	382	513	410	716
De 61 a 90 dias	108	167	126	227
De 91 a 180 dias	492	747	598	1.148
Acima de 180 dias	5.979	5.167	9.135	7.917
	197.821	216.549	317.280	311.942

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo no início do exercício	(4.789)	(5.471)	(7.321)	(8.749)
Complementos	(2.401)	(713)	(3.562)	(1.084)
Reversões	1.060	1.395	1.438	2.512
Saldo no fim do exercício	(6.130)	(4.789)	(9.445)	(7.321)

6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Produtos acabados.....	72.293	57.703	127.393	108.466
Produtos em elaboração	21.759	11.268	29.403	15.234
Matérias-primas.....	84.433	81.072	129.157	124.405
Adiantamento a fornecedores.....	-	1.757	63	1.818
Provisão para perdas nos estoques.....	(10.875)	(14.107)	(19.419)	(22.860)
	167.610	137.693	266.597	227.063

Movimentação da provisão para perdas nos estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldo no início do exercício	(14.107)	(10.408)	(22.860)	(18.733)
Complementos	(10.142)	(11.746)	(18.603)	(18.953)
Reversões	13.374	8.047	22.044	14.826
Saldo no fim do exercício	(10.875)	(14.107)	(19.419)	(22.860)

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos - ativo e passivo são provenientes de despesas e receitas temporariamente não dedutíveis e/ou tributáveis, créditos fiscais incorporados, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. O ativo fiscal diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de lucros tributáveis, preparadas pela Companhia e por suas controladas, considerando, também, que a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro tributável anual, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira vigente e não possui prazo de prescrição.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013



Demonstrações Financeiras Exercício de 2014

achē

Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A. e Controladas
C.N.P.J. nº 06.659.463/0001-91

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora	Consolidado
2015.....	18.863	35.630
2016.....	3.202	3.202
2017.....	3.814	9.263
2018 em diante.....	55.492	61.870
	81.371	109.965

8. CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....	609.185	518.356	680.232	595.831
Despesa nominal de imposto de renda e contribuição social - 34%.....	(207.123)	(176.241)	(231.279)	(202.583)
Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social à taxa efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial.....	48.065	48.801	1.476	-
Benefício fiscal com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica.....	11.006	6.680	11.986	8.466
Juros sobre o capital próprio.....	13.287	17.311	13.287	17.311
Multas não dedutíveis.....	(11.791)	(17.398)	(11.956)	(17.398)
Doações não dedutíveis.....	(1.801)	(985)	(2.649)	(1.834)
Compensação Lei do Bem.....	8.087	-	8.346	-
Outras.....	2.124	7.290	5.509	3.369
Despesa de imposto de renda e contribuição social.....	(138.146)	(114.542)	(205.280)	(192.669)
Correntes.....	(130.068)	(116.774)	(206.703)	(195.772)
Diferidos.....	(8.078)	2.232	1.423	3.103
Alíquota efetiva.....	23%	22%	30%	32%

9. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Controladas.....	388.064	442.472	10	623
Ágio - Asta Médica.....	11.446	11.446	-	-
Ágio - Melcon.....	17.534	17.534	-	-
	417.044	471.452	10	623

Os ágios estão classificados como parte dos investimentos que lhes deram origem, pois fazem parte do investimento adquirido. No balanço patrimonial consolidado, os ágios foram reclassificados para o ativo intangível por serem referentes à expectativa de rentabilidade de cada controlada adquirida, com base em laudo de avaliação preparado por especialistas, cujos ativos e passivos estão consolidados nas demonstrações da Companhia. As informações dos investimentos em controladas e controladas em conjunto "joint venture" são como segue:

Controladas	Resultado de equivalência patrimonial				Investimentos	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação - %	Equivalência patrimonial	31/12/2014	31/12/2013
Aché International.....	1.730	197	100,00	197	1.730	1.533
Biosintética.....	389.078	138.178	99,99	138.178	389.078	447.938
Melcon.....	14.080	7.824	50,00	3.911	7.040	3.129
Labofarma.....	(7.490)	(1.693)	99,99	(1.693)	(7.488)	(5.795)
Bionovis (a).....	1.258	(4)	25,00	(613)	10	623
Lucro não realizado.....	-	-	-	2.649	(2.306)	(4.956)
	398.656	143.081		142.629	388.064	442.472

(a) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia possui participação na "joint venture" Bionovis.

Movimentação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto "joint venture"

Controladas e controladas em conjunto "joint venture"	31/12/2013	Equivalência patrimonial	Dividendos	31/12/2014
Aché International.....	1.533	197	-	1.730
Biosintética.....	447.938	138.178	(197.037)	389.078
Melcon.....	3.129	3.911	-	7.040
Labofarma.....	(5.795)	(1.693)	-	(7.488)
Bionovis.....	623	(613)	-	10
Lucro não realizado.....	(4.956)	2.649	-	(2.306)
Total.....	442.472	142.629	(197.037)	388.064

Os detalhes das transações entre partes relacionadas estão descritos na Nota Explicativa nº 15.

10. IMOBILIZADO

	Controladora					
	31/12/2014		31/12/2013		31/12/2013	
	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos.....	82.774	82.774	82.774	82.774	82.774	82.774
Edifícios.....	483.441	(116.095)	367.346	428.627	(108.719)	319.908
Instalações.....	43.829	(33.089)	10.740	41.157	(31.103)	10.054
Máquinas e equipamentos.....	162.809	(88.262)	74.547	133.278	(81.251)	52.027
Móveis e utensílios.....	17.808	(17.808)	1.986	19.149	(17.392)	1.757
Veículos.....	2.074	(1.849)	225	1.900	(1.761)	139
Equipamentos de informática.....	29.372	(18.898)	10.474	21.761	(20.080)	1.681
Moldes e matrizes/outras.....	15.873	(8.622)	7.251	11.970	(7.709)	4.261
	839.966	(284.623)	555.343	740.616	(268.015)	472.601
Imobilizado em andamento.....	15.106	-	15.106	55.771	-	55.771
	855.072	(284.623)	570.449	796.387	(268.015)	528.372

	Consolidado			
	31/12/2014		31/12/2013	
	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos.....	122.666	122.666	122.666	122.666
Edifícios.....	522.865	(126.679)	396.186	467.999
Instalações.....	52.891	(39.620)	13.271	49.498
Máquinas e equipamentos.....	245.634	(130.985)	114.649	203.597
Móveis e utensílios.....	21.622	(18.366)	3.256	20.425
Veículos.....	2.795	(2.153)	642	2.447
Equipamentos de informática.....	36.679	(22.454)	14.225	25.047
Moldes e matrizes/outras.....	22.780	(10.635)	12.145	16.931
	1.027.932	(350.892)	677.040	908.610
Imobilizado em andamento.....	20.330	-	20.330	60.037
	1.048.262	(350.892)	697.370	968.647

	Consolidado			
	31/12/2014		31/12/2013	
	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos.....	122.666	122.666	122.666	122.666
Edifícios.....	522.865	(126.679)	396.186	467.999
Instalações.....	52.891	(39.620)	13.271	49.498
Máquinas e equipamentos.....	245.634	(130.985)	114.649	203.597
Móveis e utensílios.....	21.622	(18.366)	3.256	20.425
Veículos.....	2.795	(2.153)	642	2.447
Equipamentos de informática.....	36.679	(22.454)	14.225	25.047
Moldes e matrizes/outras.....	22.780	(10.635)	12.145	16.931
	1.027.932	(350.892)	677.040	908.610
Imobilizado em andamento.....	20.330	-	20.330	60.037
	1.048.262	(350.892)	697.370	968.647

	Consolidado			
	31/12/2014		31/12/2013	
	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos.....	122.666	122.666	122.666	122.666
Edifícios.....	522.865	(126.679)	396.186	467.999
Instalações.....	52.891	(39.620)	13.271	49.498
Máquinas e equipamentos.....	245.634	(130.985)	114.649	203.597
Móveis e utensílios.....	21.622	(18.366)	3.256	20.425
Veículos.....	2.795	(2.153)	642	2.447
Equipamentos de informática.....	36.679	(22.454)	14.225	25.047
Moldes e matrizes/outras.....	22.780	(10.635)	12.145	16.931
	1.027.932	(350.892)	677.040	908.610
Imobilizado em andamento.....	20.330	-	20.330	60.037
	1.048.262	(350.892)	697.370	968.647

	Consolidado			
	31/12/2014		31/12/2013	
	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos.....	122.666	122.666	122.666	122.666
Edifícios.....	522.865	(126.679)	396.186	467.999
Instalações.....	52.891	(39.620)	13.271	49.498
Máquinas e equipamentos.....	245.634	(130.985)	114.649	203.597
Móveis e utensílios.....	21.622	(18.366)	3.256	20.425
Veículos.....	2.795	(2.153)	642	2.447
Equipamentos de informática.....	36.679	(22.454)	14.225	25.047
Moldes e matrizes/outras.....	22.780	(10.635)	12.145	16.931
	1.027.932	(350.892)	677.040	908.610
Imobilizado em andamento.....	20.330	-	20.330	60.037
	1.048.262	(350.892)	697.370	968.647

	Consolidado			
	31/12/2014		31/12/2013	
	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos.....	122.666	122.666	122.666	122.666
Edifícios.....	522.865	(126.679)	396.186	467.999
Instalações.....	52.891	(39.620)	13.271	49.498
Máquinas e equipamentos.....	245.634	(130.985)	114.649	203.597
Móveis e utensílios.....	21.622	(18.366)	3.256	20.425
Veículos.....	2.795	(2.153)	642	2.447
Equipamentos de informática.....	36.679	(22.454)	14.225	25.047
Moldes e matrizes/outras.....	22.780	(10.635)	12.145	16.931
	1.027.932	(350.892)	677.040	908.610
Imobilizado em andamento.....	20.330	-	20.330	60.037
	1.048.262	(350.892)	697.370	968.647

	Consolidado			
	31/12/2014		31/12/2013	
	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos.....	122.666	122.666	122.666	122.666
Edifícios.....	522.865	(126.679)	396.186	467.999
Instalações.....	52.891	(39.620)	13.271	49.498
Máquinas e equipamentos.....	245.634	(130.985)	114.649	203.597
Móveis e utensílios.....	21.622	(18.366)	3.256	20.425
Veículos.....	2.795	(2.153)	642	2.447
Equipamentos de informática.....	36.679	(22.454)	14.225	25.047
Moldes e matrizes/outras.....	22.780	(10.635)	12.145	16.931
	1.027.932	(350.892)	677.040	908.610
Imobilizado em andamento.....	20.330	-	20.330	60.037
	1.048.262	(350.892)	697.370	968.647

	Consolidado			
	31/12/2014		31/12/2013	
	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos.....	122.666	122.666	122.666	122.666
Edifícios.....	522.865	(126.679)	396.186	467.999
Instalações.....	52.891	(39.620)	13.271	49.498
Máquinas e equipamentos.....	245.634	(130.985)	114.649	203.597
Móveis e utensílios.....	21.622	(18.366)	3.256	20.425
Veículos.....	2.795	(2.153)	642	2.447
Equipamentos de informática.....	36.679	(22.454)	14.225	25.047
Moldes e matrizes/outras.....	22.780	(10.635)	12.145	16.931
	1.027.932	(350.892)	677.040	908.610
Imobilizado em andamento.....	20.330	-	20.330	60.037
	1.048.262	(350.892)	697.370	968.647

	Consolidado			
	31/12/2014		31/12/2013	
	Depreciação acumulada	Valor líquido	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos.....	122.666	122.666	122.666	122.666
Edifícios.....	522.865	(126.679)	396.186	467.999
Instalações.....	52.891	(39.620)	13.271	49.498
Máquinas e equipamentos.....	245.634	(130.985)	114.649	203.597
Móveis e utensílios.....	21.622	(18.366)	3.256	20.425
Veículos.....	2.795	(2.153)	642	2.447
Equipamentos de informática.....	36.679	(22.454)	14.225	25.047



Demonstrações Financeiras Exercício de 2014

achē
Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A. e Controladas
C.N.P.J. nº 60.659.463/0001-91

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

tributários", é de R\$6.658 para a controladora e de R\$12.661 no consolidado (em 31 de dezembro de 2013 de R\$8.373 para a controladora e de R\$13.081 no consolidado), referente à totalidade dos honorários de sucesso que possam vir a ser devidos em virtude de processos administrativos e judiciais cuja classificação de risco seja de perda remota. **Processos classificados como risco de perda possível:** Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas possuem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pelos assessores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Tributários.....	501.121	237.173
Trabalhistas.....	133	14.034
Cíveis.....	4.740	3.943
	505.994	255.150

Com relação aos processos tributários classificados como risco de perda possível os assuntos são classificados em:

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
PIS e COFINS.....	15.171	23.729
IRPJ e CSLL.....	399.594	161.207
ICMS.....	71.210	37.457
Outros.....	15.146	14.780
	501.121	237.173

Processos classificados como risco de perda possível e remota: a) **Processo Administrativo nº 16561.720052/2014-94:** Em julho de 2014, a Receita Federal do Brasil emitiu Auto de Infração no valor de R\$202.315, para exigir supostos débitos de IRPJ e CSLL referentes aos anos-base de 2008 e 2009, por entender que não teriam sido preenchidas as condições legais para deduzir os encargos de amortização de ágio após a incorporação do acervo cindido da empresa Magenta Participações Ltda. O processo administrativo está em fase de impugnação. Com relação ao ano-base de 2009, a Administração decidiu pela adesão ao REFIS 2014, resultando no pagamento de R\$44,7 milhões (valor sem desconto corresponde a R\$94.387). No que tange ao ano-base 2008, cujo o montante está estimado em R\$107.928, baseado na avaliação dos consultores jurídicos externos, a Companhia ratifica que os fundamentos de defesa são robustos entendendo tratar-se de risco de perda remota. b) **Contratação de Garantia Extraordinária:** Em 31 de março de 2014, a União ajuizou Medida Cautelar Fiscal pleiteando a indisponibilidade de bens e ativos do Aché no valor de aproximadamente R\$564 milhões, correspondentes a tributos em discussão, o quais estavam com exigibilidade suspensa. Em 10 de abril de 2014, foi deferida a liminar pleiteada pela União, bloqueando-se as contas-correntes e demais bens do Aché. Essa decisão foi objeto de recurso perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (AI nº 0013851-96.2014.4.03.0000), e, em função de sua manutenção, em 30 de junho de 2014, foi apresentada carta de fiança bancária do valor total controvertido. Em 03 de julho de 2014, a garantia foi aceita, sendo determinado o desbloqueio dos bens e ativos do Aché. Em 03/07/14, após manifestação favorável da Procuradoria, a Carta de Fiança foi substituída por seguro fiança no valor de R\$750 milhões, apresentado a fim de obter qualquer oeração junto ao patrimônio do Aché. Atualmente, aguarda-se julgamento do processo. De acordo com avaliação dos consultores jurídicos externos, considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, são remotas as chances de desfecho desfavorável dessa causa. Também foi destacado pelos consultores jurídicos externos que, dentre os valores envolvidos na medida Cautelar, aproximadamente 60% referem-se a duas causas, quais sejam: i) R\$238,7 milhões decorrem de lançamento efetuado à revelia de decisão judicial proferida no Mandado de Segurança nº 2004.61.00.000676-8 (acórdão favorável), sendo remotas as chances desse débito ser confirmado judicialmente; e ii) R\$136,7 milhões decorrem do Processo Administrativo nº 16561.000027/2007-61, em que houve adesão ao REFIS em 2013 relacionado ao ágio discutido, com o pagamento à vista de R\$44,1 milhões (referente a aproximadamente R\$97,3 milhões do total).

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento da Administração foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderiam ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de metodologias de mercado pode produzir efeitos diferentes nos valores de realização estimados. **a) Gerenciamento de capital:** A Administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, além de prover retorno aos acionistas. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros com instituições financeiras, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresenta ativo maior que o passivo. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. A posição financeira líquida em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 pode ser assim resumida:

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Empréstimos e financiamentos (Nota 12).....	184.908	195.195
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4).....	(291.122)	(415.170)
Aplicações financeiras - ativo não circulante.....	(8.402)	(7.703)
Posição financeira líquida negativa (positiva).....	(114.616)	(227.678)

Categorias dos instrumentos financeiros:

	Controladora		Valor contábil e valor de mercado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativos financeiros:				
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4).....	230.776	262.794		
Contas a receber de clientes e partes relacionadas (Nota 5).....	191.691	211.760		
Depósitos judiciais (Nota 17).....	130.093	117.482		
Passivos financeiros:				
Empréstimos e financiamentos (Nota 12).....	152.110	156.574		
Fornecedores.....	45.225	29.971		

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Ativos financeiros:		
Mantidos até o vencimento		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4).....	291.122	415.170
Contas a receber de clientes e partes relacionadas (Nota 5).....	307.835	304.621
Aplicações financeiras - Ativo não Circulante.....	8.402	7.703
Depósitos judiciais (Nota 17).....	133.261	120.735
Passivos financeiros:		
Empréstimos e financiamentos (Nota 12).....	184.908	195.195
Fornecedores.....	58.932	35.721

A Administração da Companhia é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, em razão de o vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em datas próximas às dos balanços. O saldo dos empréstimos e financiamentos é atualizado monetariamente com base em índices de inflação e juros variáveis em virtude das condições de mercado e, portanto, o saldo decorrente registrado nas datas dos balanços está próximo ao do valor de mercado. Contudo, tendo em vista que não há mercado ativo para esses instrumentos, as diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente. **b) Valor de mercado de instrumentos financeiros:** Os saldos de caixa e equivalentes de caixa (caixa, bancos e aplicações financeiras), contas a receber de clientes e passivo circulante correspondem ao valor de mercado em razão de o vencimento ocorrer em datas próximas às dos balanços. O saldo da rubrica "Empréstimos e financiamentos" é atualizado monetariamente com base em juros pós-fixados em virtude das condições de mercado; portanto, os saldos devedores existentes nas datas dos balanços correspondem aos valores aproximados de mercado. **c) Taxas de juros:** A Companhia celebrou contratos com taxas de juros flutuantes à Taxa de Longo Prazo (TJLP) mais 1,5% a.a. e taxa pré-fixada que varia de 4 a 4,5% a.a. nos financiamentos contraídos em reais. (TJLP mais 3% a.a. nos empréstimos e financiamentos contraídos em reais e juros variáveis de LIBOR acrescida de 0,95% a.a. para os empréstimos em moeda estrangeira em 2013). Uma pequena parcela da dívida contraída é corrigida pelo IPCA e atrelada à TR + 1,52%. **d) Concentração de risco de crédito:** Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas coligadas à concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Saldos e aplicações em bancos seguem política rígida de qualificação da entidade segundo seu PL e rating e, de modo bastante conservador, aplicar papéis de baixíssimo risco e liquidez diária. Já o saldo a receber de clientes é predominantemente denominado em reais e está distribuído em 118 clientes. A Companhia possui metodologia própria de avaliação de risco de crédito, a qual submete todos os clientes da base, recorrendo a recebimentos à vista e garantias (fianças). A política de prazo da Companhia (prazo médio inferior a 45 dias) também contribui com a gestão de risco de crédito de clientes, de modo a permitir menores exposições de médio/longo prazos. **e) Risco com taxa de câmbio:** Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores nominais a pagar ou os valores captados no mercado. Há valores a pagar denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos, euros, francos suíços e libras esterlinas) estando, portanto, expostos a riscos relacionados à variação do câmbio. Os totais de ativos e passivos sujeitos à exposição cambial, nas respectivas moedas, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Em euros:.....				
Ativos.....	1.448	2.647	3.344	3.091
Passivos.....	(2.707)	(347)	(3.684)	(422)
Exposição líquida.....	(1.259)	2.300	(340)	2.669
Em dólares norte-americanos:.....				
Ativos.....	1.411	1.029	6.377	2.019
Passivos.....	(5.306)	(3.423)	(6.604)	(3.442)
Exposição líquida.....	(3.895)	(2.394)	(227)	(1.423)
Em libras esterlinas:.....				
Ativos.....	7	136	7	136
Passivos.....	(14)	(13)	(14)	(13)
Exposição líquida.....	(7)	123	(7)	123

Entre os principais saldos expostos à variação cambial há: • Clientes - esses ativos geraram saldo credor de variação cambial nos montantes de R\$36 na controladora e de R\$23 devedor no consolidado em 31 de dezembro de 2014 (saldo credor de R\$60 na controladora e de R\$124 devedor no consolidado em 31 de dezembro de 2013); • Fornecedores e adiantamentos - esses passivos geraram saldo credor de variação cambial nos montantes de R\$227 na controladora e de R\$164 no consolidado em 31 de dezembro de 2014 (saldo devedor de R\$851 na controladora e de R\$345 devedor no consolidado em 31 de dezembro de 2013); • Empréstimos e financiamentos - conforme descrito na Nota Explicativa nº 12 estão acrescidos dos encargos pactuados até as datas dos balanços, totalizando um saldo de passivo nos montantes de R\$426 na controladora e de R\$426 no consolidado em 31 de dezembro de 2014 (R\$2.043 na controladora e de R\$2.493 no consolidado em 31 de dezembro de 2013). **f) Contratos com instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos. **g) Gerenciamento do risco de liquidez:** A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito bancárias e capacidade de liquidar posições de mercado. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia e de suas controladas, considerando o fluxo de caixa esperado e caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4). Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia e de suas controladas envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial e a manutenção de planos de financiamento de dívida. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados no consolidado:

	Até 1 ano		Até 2 anos		De 3 a 4 anos		Acima de 4 anos		Total
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2013
Consolidado									
Fornecedores.....	58.932	32.210	59.413	60.757	60.757	184.908			58.932
Empréstimos e financiamentos.....	32.210	32.527	59.413	60.757	60.757	184.908			58.932

h) Análise de sensibilidade: De acordo com a norma contábil CPC 38, a Companhia adotou um cenário para análise de sensibilidade. **Sensibilidade à taxa de câmbio:** Para o cálculo das operações com moedas estrangeiras, foram considerados nos cenários possíveis e remotos à redução ou aumento nas taxas de câmbio de 25% e 50% respectivamente, as taxas estimadas pela administração da Companhia estão refletidas no cenário provável. A tabela abaixo demonstra os ajustes positivos ou (negativos) das operações com moeda estrangeira:

	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
	(+25%)		(+25%)		(+50%)	
	Fator de risco	Taxa média a.a.	Valores expostos em 31/12/2014 a.a.	Taxa média a.a. resultado	Taxa média a.a. resultado	Taxa média a.a. resultado
Posição ativa - USD.....	USD\$	2,66	2.250	2,72	54	3,40
Posição passiva - USD.....	USD\$	2,66	(22.800)	2,72	(548)	3,40
Exposição líquida.....			(20.550)		494	(5.755)

	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
	(+25%)		(+25%)		(+50%)	
	Fator de risco	Taxa média a.a.	Valores expostos em 31/12/2014 a.a.	Taxa média a.a. resultado	Taxa média a.a. resultado	Taxa média a.a. resultado
Posição ativa - USD.....	USD\$	2,66	8.322	2,72	200	3,40
Posição passiva - USD.....	USD\$	2,66	(29.033)	2,72	(697)	3,40
Exposição líquida.....			(20.711)		(497)	(5.800)

Sensibilidade à taxa de juros: Para a análise de sensibilidade de taxa de juros dos empréstimos e aplicações financeiras, a Companhia considerou para o cenário provável com aumento de 25% e 50% nos cenários possível e remoto, respectivamente. O cálculo feito com base no saldo de principal remanescente do empréstimo que possuem a taxa TJLP e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2014. Os impactos no resultado poderiam ocorrer conforme tabela abaixo:

	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
	(+25%)		(+25%)		(+50%)	
	Fator de risco	Taxa média a.a.	Valores expostos em 31/12/2014 a.a.	Taxa média a.a. resultado	Taxa média a.a. resultado	Taxa média a.a. resultado
Aplicação financeira.....	CDI	11,71%	226.421	12,47%	28.235	9,35%
Empréstimo - moeda nacional.....	TJLP	6,56%	(11.684)	7,06%	(10.709)	8,83%
Impacto líquido.....			74.737		17.526	7.990

	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
	(+25%)		(+25%)		(+50%)	
	Fator de risco	Taxa média a.a.	Valores expostos em 31/12/2014 a.a.	Taxa média a.a. resultado	Taxa média a.a. resultado	Taxa média a.a. resultado
Aplicação financeira.....	CDI	11,71%	291.496	12,47%	31.511	9,35%
Empréstimo - moeda nacional.....	TJLP	6,55%	(184.482)	7,05%	(12.084)	8,81%
Impacto líquido.....			107.014		19.428	7.056

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2014, o capital social está composto por 63.900.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas residentes no País, conforme segue:

	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
	(+25%)		(+25%)		(+50%)	
	%	Ações	%	Ações	%	Ações
Sócio						
Infinity Fundo de Investimento em Participações.....	33,33%	21.300.000	33,33%	21.300.000	33,33%	21.300.000
Lajota Fundo de Investimento em Participações.....	33,33%	21.300.000	33,33%	21.300.000	33,33%	21.300.000
Vincitore Fundo de Investimento em Participações.....	33,33%	21.300.000	33,33%	21.300.000	33,33%	21.300.000
	100%	63.900.000	100%	63.900.000	100%	63.900.000

b) Reservas de capital:

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Reserva especial de ágio.....	167.767	167.767
Reserva de ágio na emissão de ações.....	6.445	6.445
	174.212	174.212

A reserva especial de ágio corresponde à contrapartida do ágio incorporado pela Companhia em anos anteriores, deduzido da provisão para manutenção da integridade do patrimônio dos acionistas, cujo efeito líquido corresponde ao benefício fiscal a ser gerado na sua realização e registrado como ativo diferido de imposto de renda.

c) Reservas de lucros:

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Reserva legal (i).....	43.807	43.807
Reserva para novos produtos, pesquisa e desenvolvimento e investimentos em ativo imobilizado (ii).....	192.023	192.023
Reserva para incentivos fiscais (iii).....	618	618
Reserva de dividendos adicionais propostos (iv).....	141.718	265.078
Total.....	378.166	501.526

(i) Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, limitada a 20% do capital social, exceto se o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital exceder 30% do Capital Social. (ii) Constituída para atender aos gastos de lançamentos de novos produtos, gastos de pesquisa e desenvolvimento e investimentos em ativo imobilizado nos termos previstos no Estatuto Social da Companhia. (iii) As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar e posteriormente são exercidas à reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, desde que atendidas às condições do pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais. (iv) Foi proposta pela Administração da Companhia, a ser referendada em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de lucros no montante de R\$141.718, referente ao exercício social de 2014. **d) Dividendos e juros sobre o capital próprio:** O Estatuto Social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido para constituição da reserva legal de 5% do lucro, conforme a Lei nº 6.404/76. O Estatuto Social faculta a distribuição de dividendos com base em balanços semestrais ou intermediários.

A movimentação dos dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) é como segue:
Pagamento(s) de dividendos e/ou JCP referentes ao Exercício de 2013

	2013	2014
Dividendos deliberados em AGO de 08 de julho de 2014.....	265.078	265.078
Dividendos deliberados em AGE de 08 de julho de 2014.....	32.173	32.173
Dividendos deliberados em AGE de 01 de outubro de 2014.....	150.000	150.000
Juros sobre o Capital Próprio deliberados em AGE de 25 de novembro de 2014.....	39.079	39.079
Dividendos deliberados em AGE de 25 de novembro de 2014.....	10.921	10.921
	232.173	232.173

Deliberação de dividendos e/ou JCP referentes ao Exercício de 2014 para pagamento em 2015

	2014	2015
Dividendos deliberados em AGE de 09 de dezembro de 2014.....	100.000	100.000
	100.000	100.000

Total de dividendos e/ou JCP deliberados ao longo de 2014

	2013	2014
Referentes ao Exercício de 2013.....	265.078	265.078
Referentes ao Exercício de 2014.....	332.173	332.173
	597.251	597.251

Dividendos e/ou JCP a pagar em 31 de dezembro de 2014 (já deliberados)

	2014	2015
Referentes ao Exercício de 2014.....	(100.000)	(100.000)
Total de dividendos e/ou JCP pagos ao longo de 2014 (feito caixa).....	497.251	497.251

Demônstrações
Financeiras
Exercício de 2014

achē

Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A. e Controladas
C.N.P.J. nº 60.659.463/0001-91

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Adalmiro Dellape Baptista
Presidente Honorário

Jonas de Campos Sialy
Presidente

Adalberto Panzenboeck Dellape Baptista
Vice-Presidente

José Luiz Depieri - Conselheiro

Alexandre Gottlieb Lindenbojm - Conselheiro

Carlos Eduardo Depieri - Conselheiro

Luiz Antônio Martins Amarante - Conselheiro

Luiz Carlos Vaini - Conselheiro

Ricardo Panzenboeck Dellape Baptista - Conselheiro

José Rogério Luiz - Conselheiro

Paulo Eduardo Nigro*

Diretor Presidente

Manoel Arruda Nascimento Neto

Diretor Executivo Geração de Demanda

Luciana Gualda dos Santos Sasso

Diretora Executiva Jurídica

(*Eleito pela AGE de 03 de novembro de 2014

Sidinei Righini

Diretor Executivo Financeiro

Wilson Roberto de Farias

Diretor Executivo Industrial

Vânia de Azevedo Nogueira de Alcântara Machado

Diretora Executiva Comercial

CONTADOR

Fernando de Assis Matias - CRC - 1 SP - 242753/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores do

Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A.

Guarulhos - SP

Examinamos as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Achē Laboratórios Farmacêuticos S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas financeiras e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas Demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as Demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas Demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas Demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das Demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Achē Laboratórios Farmacêuticos S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às Demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 25 de fevereiro de 2014, o qual não conteve nenhuma modificação.

EY

Ernst & Young

auditores independentes

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Douglas Travaglia Lopes Ferreria

Contador CRC-1SP218313/O-4

São Paulo, 24 de fevereiro de 2015

Elton Flávio Ribeiro

Contador CRC-1SP253891/O-0

achē

www.ache.com.br



BIOFENAC
#NEMPENSEEMPARRAR

Biofenac
diclofenaco dietilamônio

A DOR VAI EMBORA,
VOCÊ CONTINUA.

BIOFENAC É ANALGÉSICO
E ANTI-INFLAMATÓRIO, AGE RÁPIDO
NA DOR E FUNDO NA INFLAMAÇÃO.
PARA FISGADAS, PANCADAS
E OUTRAS DORES MUSCULARES



achē
CAC
Central de atendimento
a clientes
0800 701 6900
cac@ache.com.br
8:00 h às 17:00 h (seg. a sex.)

SE PERSISTIREM OS SINTOMAS, O MÉDICO DEVERÁ SER CONSULTADO. BIOFENAC AEROSSOL É UM MEDICAMENTO. SEU USO PODE TRAZER RISCOS. PROCURE O MÉDICO E O FARMACÊUTICO. LEIA A BULA. BIOFENAC diclofenaco dietilamônio - MS 1.0573.0140. BIOFENAC aerossol é indicado no tratamento local de inflamações de origem traumática dos tendões, ligamentos, músculos e articulações. BIOFENAC AEROSSOL É CONTRAINDICADO PARA CRIANÇAS ABAIXO DE 14 ANOS, COM EXCEÇÃO DE CASOS DE ARTRITE JUVENIL CRÔNICA. RIPSERSIBILIDADE CONHECIDA AO DICLOFENACO DIETILAMÔNIO OU A QUALQUER OUTRO COMPONENTE DA FORMULAÇÃO. BIOFENAC AEROSSOL É TAMBÉM CONTRAINDICADO A PACIENTES NOS QUAIS CRISES DE ASMA, URTICÁRIA OU RINITE AGUDA SÃO DESENCADEADAS POR ÁCIDO ACETILSALICÍLICO OU POR OUTRAS SUBSTÂNCIAS ANTI-INFLAMATÓRIAS NÃO ESTEROIDAIS. MARÇO DE 2015.